

Experiências iniciais que vêm sendo cumulada no contexto da pandemia

As ações do Departamento do Patrimônio Imaterial e sua unidade especial, o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (DPI/CNFCP/IPHAN), no ano de 2020, ocorreram em meio a circunstâncias excepcionais, quando o país adota medidas emergenciais para o enfrentamento da pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde, provocada pelo Covid-19.

Em adequação a esse quadro, as medidas administrativas adotadas pelo IPHAN incluem suspensão da visitação pública aos arquivos, bibliotecas, centros culturais e demais espaços ou unidades do IPHAN que recebem público externo, assim como auditórios, salas multimídia e outros locais de uso coletivo, com base nas orientações do Ministério da Saúde, para reforçar os cuidados preventivos e diminuir os riscos de contágio do Covid-19.

O conjunto dessas medidas mantém o distanciamento social dos grupos que integram as ações de identificação, Registro e Salvaguarda, bem como o fechamento das salas de exposição do CNFCP, a Biblioteca Amadeu Amaral, a sala multimídia onde são realizados seminários, Dedos de Prosa e o Curso Livre de Folclore, assim como a Sala do Artista Popular e o ponto de comercialização permanente do Programa, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública.

Nesse cenário, o IPHAN dedicou-se a manter seus programas e projetos em funcionamento, mesmo que de modo remoto e/ou virtual, com o objetivo de continuar atendendo, na medida do possível, o conjunto dos segmentos sociais que buscam a instituição, seja em função dos espaços expositivos, educativos, busca nos acervos institucionais, assim como detentores de bens culturais que implementam, junto com o IPHAN, as ações de identificação, reconhecimento, apoio e fomento.

Considerando o contexto de calamidade pública do país em razão da COVID-19, o Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN indicou àquelas Superintendências do IPHAN nos estados, que possuem Plano de Ação aprovado para o desenvolvimento de atividades de apoio e fomento a bens Registrados, que apresentassem, caso fosse conveniente, oportuno e, em acordo com os detentores, solicitação de alterações de objeto, com vistas ao fortalecimento do bem cultural em meio à pandemia.

Para tanto, as propostas para modificações deveriam estar estritamente alinhadas com a tipologia de ações de salvaguarda presentes na Portaria 299/2015, sobretudo àquelas relacionadas aos eixos 3 e 4, Difusão e Valorização e Produção e Reprodução, respectivamente, das quais destacamos:

3.1. Difusão sobre o universo do bem cultural registrado

3.3 Ação educativa para diferentes públicos

3.4 Editais e prêmios para iniciativas de salvaguarda

3.5 Ampliação de mercado com benefício exclusivo dos produtos primários dos bens culturais (ação exclusiva para bens cuja relação com o mercado esteja posta no Dossiê de Registro como estruturante do universo cultural em questão)

4.1 Transmissão de saberes relativos ao bem cultural registrado

4.2 Apoio às condições materiais de produção dos bens culturais registrados

A descrição das atividades, produtos e resultados esperados consta na Portaria supracitada assim como na Cartilha Salvaguarda de Bens Registrados, da Série

“Para Saber Mais”, publicada e disponível no site do IPHAN. Tal atividade, direcionada recentemente, está em fase de andamento, o que não permite realizar uma análise dos seus resultados.

O Iphan está desenvolvendo, concomitantemente, subsite denominado *Conectando Patrimônios: Rede de Artes e Sabores*, com o objetivo de promover e difundir as produções resultantes dos bens culturais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil. O subsite será um canal entre a população em geral e detentores de bens registrados que produzam e vendam produtos como artesanatos, alimentos, instrumentos musicais, dentre outros. Espera-se, com isso, que aumente a publicidade e visibilidade dos detentores e que haja um impulso significativo em suas vendas.

O **Programa Sala do Artista Popular** pode ser definido como um espaço destinado à difusão, promoção e documentação da arte popular/artesanato de tradição no país. As exposições ali realizadas oferecem ao público não apenas acesso às obras, mas também ao artista e seu fazer. O espaço de comercialização é uma extensão do Programa e, nesse sentido, se propõe a dar visibilidade ao artesanato de tradição levando em conta a sua diversidade, representatividade, agregação de valor e oportunidade de escoamento da produção, reforçando as condições de sobrevivência e sustentabilidade das comunidades e das artes populares. A venda nesse espaço não tem um fim em si, mas é, em igual medida, um meio de divulgação e difusão da história e da cultura artística de artistas e comunidades. Seu objetivo, portanto, é, antes de tudo, social e cultural.

Considerando que a produção artesanal e seus canais regulares de escoamento encontram-se bloqueados (pontos de venda locais, feiras e atividades relacionadas ao turismo), o CNFCP/IPHAN direcionou os recursos desse programa para a realização de uma grande Mostra Retrospectiva, com obras do conjunto de artesãos já contemplados pelo Programa SAP. A Mostra Retrospectiva, exposição e venda, conforme as diretrizes do programa, está prevista para quando as medidas de enfrentamento da crise sanitária provocada pelo Covid-19 permitirem condições mais seguras de flexibilização do isolamento social, de modo que a presença de público visitante nas dependências do CNFCP possa vir a beneficiar os artistas e artesãos que agora não dispõem dos canais regulares de escoamento de sua produção. O planejamento inclui apoiar as condições de produção e de acesso a matéria-prima, embalagem e transporte de peças das localidades até o Rio de Janeiro

O **Curso Livre de Folclore e Cultura Popular** trata de questões relacionadas ao amplo universo do folclore e da cultura popular no Brasil. A proposta é sempre a de trazer profissionais reconhecidos na área temática em pauta a cada ano, apresentando aspectos e abordagens diversas que se desenvolvem a partir de um núcleo comum.

A edição de 2020 do Curso Livre de Folclore e Cultura Popular centrou-se nos 20 anos da política de Registro do Patrimônio Imaterial do Brasil, cujo marco legal, o Decreto nº 3.551, data de 4 de agosto de 2000. Foi realizada na semana de 27 a 31 de julho de 2020, em edição on-line, viabilizada pela plataforma zoom, disponibilizada pela Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro. Em atendimento às dificuldades de ordem econômica experimentadas pela população durante essa crise na área da saúde, as inscrições foram gratuitas, realizadas on-line no site do CNFCP, até o preenchimento das 80 vagas oferecidas. Houve, porém, mais de 800 inscrições, de todas as regiões do país e até do exterior. O curso foi então transmitido igualmente pelo canal do youtube, de modo a incluir todos os interessados.

A mesma metodologia será adotada para a realização de duas edições do projeto **Dedo de Prosa**, uma conversa com dois especialistas em determinado tema,

com participação do público e inscrições gratuitas. Os eventos estão planejados para os meses de outubro e novembro de 2020.

Ainda no que diz respeito a ações educativas, será transmitida pelos canais do CNFCP uma série de 8 vídeos de **Contação de Histórias**, desde final de agosto até final de setembro de 2020.

Paralelamente, as **redes sociais do CNFCP/IPHAN** mantêm uma constante divulgação dos artistas/artesãos, das obras de arte popular, de depoimentos e *lives* com detentores de bens culturais, com a finalidade de promover e contribuir para a visibilidade desses artistas que, nesse contexto de crise, se encontram afastados de seus públicos.

Finalmente, a instrução técnica do processo de **Registro do Choro** como Patrimônio Cultural do Brasil está em andamento também por meio de encontros virtuais com a equipe de pesquisa e os detentores. Talvez os encontros presenciais possam se mostrar possíveis no ano de 2021, mas, no cenário atual, os encontros virtuais possibilitam a continuidade do processo. Os desafios são grandes, considerando que esta é a primeira experiência do gênero para uma instrução técnica, e vale ressaltar a compreensão e a boa vontade de todos os envolvidos.

Embora o contexto social no período pós-pandemia ainda não tenha contornos claros, é de se esperar um aumento considerável de fluxo digital nas interações sociais, nas atividades educativas e nas oportunidades de comercialização.

A participação social é um princípio da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Em razão do necessário distanciamento social que a pandemia impôs, as ações de mobilização de detentores (reuniões, seminários, encontros, oficinas) para atividades relacionadas aos processos de trabalho da Política não poderão ser feitas da forma presencial, enquanto houver possibilidade de contaminação por COVID-19. No caso de algumas comunidades de destino da política, o problema tem sido contornado com reuniões virtuais, por meio da utilização de softwares de videoconferência. Mas isso não ocorre com a maioria das comunidades, por vários motivos (as características do próprio bem cultural; a inexistência de acesso ou dificuldade de acesso à internet de qualidade e a equipamentos e; a falta de habilidades com esses recursos são apenas alguns desses motivos).

Para os segmentos sociais produtores de arte popular/artesanato de tradição, a ampliação de oportunidades de comercialização não só eleva a renda local como também contribui para a coesão social. Para as comunidades artesanais, a possibilidade de geração de renda a partir dos saberes locais se apresenta como recurso viável para a fixação das populações nas regiões e para a integração das novas gerações em cadeias produtivas capazes de fomentar o desenvolvimento local.

Uma das alternativas estudadas é o ingresso do espaço de comercialização do Programa Sala do Artista Popular no campo de lojas virtuais, uma tarefa longe de ser fácil. O respeito ao tempo social de produção e às condições sustentáveis de manejo das espécies nativas empregadas como matéria-prima requer um cuidadoso trabalho de sensibilização do público consumidor para a percepção de um inestimável valor agregado. As condições de recebimento de encomendas e transporte das peças sofrem também com condições bastante díspares de inclusão digital e infraestrutura em um país de dimensões continentais e desigualdades ainda acentuadas.

As possibilidades de transformação desse cenário dependem em muito do apoio dos poderes locais e de um diálogo interministerial que atenda demandas urgentes das culturas populares que se encontram afastadas dos grandes centros urbanos e em situação de vulnerabilidade econômica e social.

COVID-19 – Brasil – Ações no âmbito do pci

São estas as informações disponíveis a partir das experiências iniciais desta Autarquia.

Atenciosamente,

Hermano Fabricio Oliveira Guanais e Queiroz
Diretor